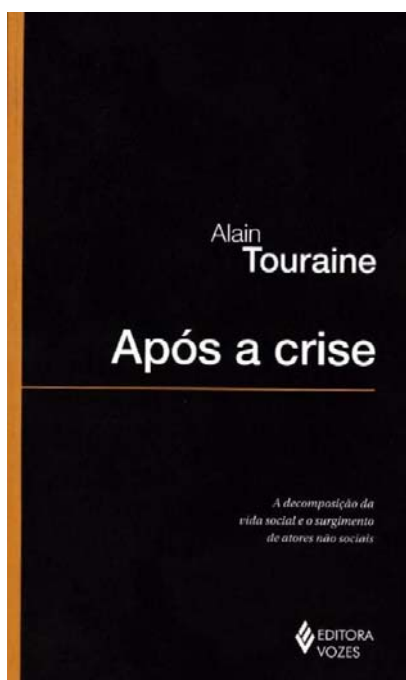


DEPOIS DA CRISE, O QUÊ?

Mário Beja Santos¹, beja.santos@dq.consumidor.pt

Alain Touraine, um dos maiores sociólogos à escala mundial, lançou um olhar penetrante sobre a crise em que estamos a viver, caracterizada pelo desaparecimento progressivo dos actores da sociedade industrial, e escreveu um ensaio de leitura irrecusável. Vivemos num tempo em que os especuladores financeiros se demarcaram do sector produtivo, em que os sindicatos são empurrados para soluções conservadoras, cada vez mais impotentes na defesa dos interesses dos trabalhadores porque estes também estão cada vez mais fragmentados. É este o arranque e o sopro que



anima o pano de fundo do controverso ensaio “*Após a crise*” (por Alain Touraine, Editora Vozes, 2011). A sua tese é de que vivemos um tempo de ruptura, estamos a assistir à decomposição da vida social tal como esta se instituíra nos anos áureos da sociedade de consumo: a crise separou a economia do resto da sociedade; esta, em completa desagregação e revoltada contra as instituições, precisa de se preparar para uma nova modalidade de cidadania activa. Mas para se obterem respostas congruentes, há que dar resposta prévia, firme, a dois problemas: como é que a longo prazo a crise afecta as relações entre a economia e a vida social? As nossas sociedades estarão ameaçadas por uma avalanche de crises ou serão elas capazes de descobrir e construir um novo modelo de vida social? Vamos à polpa do escrito de Touraine.

¹ Técnico Superior da *Direcção-Geral do Consumidor*, Professor do Ensino Superior, autor de livros e artigos nas áreas das políticas de consumidores e qualidade de vida.

Primeiro, a crise encetada em 2007 afectou o modelo do capitalismo financeiro e desnorteou os actores sociais. A especulação triunfou mediante uma sucessão de bolhas e do desmantelamento do sector produtivo. Se pensarmos que, há poucos anos, os criadores da Microsoft e da Apple inventaram a baixo custo o mundo informático e hoje os especuladores vivem de costas voltadas para a esfera produtiva, fica tudo esclarecido. Isto acontece porque já não estamos na sociedade industrial, aquela em que houve conflitos sobre a distribuição de recursos e em que todos os aspectos da vida social eram definidos e situados em relação a esta criação de recursos. Estamos a assistir a uma separação crescente entre a economia financeira (contaminada pela vontade de enriquecimento pessoal dos dirigentes) e a economia real, não definível fora dos conflitos sociais ou das intervenções do Estado. Assistimos igualmente às remunerações chocantes dos executivos e a uma quase resignação pelas remunerações de mera subsistência dos operados humilhados da nova ordem. Esses executivos triunfadores virtualizaram a economia e esta deixou de repousar sobre a tecnologia e métodos de produção e difusão de produtos novos. Por isso, a ruína não está centrada no sistema financeiro: o que está em ruína são os actores, os conflitos tradicionais e a intervenção do Estado, a sociedade capitalista clássica entrou numa grande deriva. O mundo financeiro partiu-se ao meio, os bancos criaram um mundo financeiro divorciado das suas normas e convenções, ficou subvertido pelos fundos de alto risco e por piruetas como os suprimos com que se desencadeou o furacão financeiro.

Segundo, a situação presente pauta-se por intervenções massivas dos Estados e pela convicção generalizada que o desemprego só diminuirá muito tempo depois do realinhamento económico. Finalmente, à esquerda e à direita, começa a descobrir-se que, doravante, governar a produção e o consumo exige ter em conta as necessidades e as possibilidades de todas as categorias de habitantes do planeta. Daí a necessidade de usar a franqueza para reconhecer que é hoje impossível falar em classes sociais pois as grandes categorias sociais estão estilhaçadas em grupos muito reduzidos, com sérias diferenciações no seu seio e onde é cada vez mais claro que os trabalhadores imigrados são rejeitados por uma parte importante da população. Sendo esta

crise global, triturando como rolo compressor os interesses particulares, regionais e nacionais, impondo-se a todos como a lei impessoal do lucro máximo, como mobilizar então as vítimas da crise, por onde passam as saídas? Relendo Joseph Stiglitz, um dos raros economistas a prever a grande crise que culminou em 2008, Touraine comenta: «Coloquei no centro da análise a ideia de que, nas situações dominadas pela globalização, o único princípio sobre o qual se pode construir uma organização social não é o indivíduo e as suas necessidades mas o sujeito e os seus direitos; direito dos seres humanos serem reconhecidos como juizes das suas próprias escolhas, isto é, serem reconhecidos como sujeitos portadores de direitos».

Terceiro, importa discutir quais os caminhos para a sociedade possível. Pondo logo de lado o regresso à ordem antiga, à hipótese do enfraquecimento do Estado e dos actores sociais, há que admitir como normal a ruptura entre o mundo económico e o mundo social, ocorreu uma vitória do capital financeiro sobre a economia real, uma autêntica surpresa para todos, os parceiros entraram progressivamente em desnorte. Usando uma linguagem muito prudente, o sociólogo alerta-nos para o nascimento do sujeito sem ter relação com a existência de uma sociedade pós-industrial fundada na comunicação. A comunicação permanecerá como o fundamento da sociedade pós-industrial, agora o que está a emergir é o sujeito portador de direitos que pouco têm de comum com o actor das sociedades industriais e pós-industriais onde as relações sociais de produção e as políticas sociais eram inseparáveis. Estamos pois diante de uma situação pós-social, uma transição com enormes riscos, pois a decomposição do sistema económico e social e a separação mais radical entre o actor e o sistema fazem com que seja verdadeiramente complexo identificar os actores sociais no mundo de hoje.

Quarto, e aqui surge matéria mais controversa deste ensaio, a saída da crise não pode ser definida em termos puramente económicos, deve processar-se pela construção de um novo sistema de actores que não serão mais sociais porque alguns estão doravante inscritos na lógica económica global ao passo de que outros, os dominados, recorrem à ideia de sujeito, que não pode ser reduzida a uma definição social. O sociólogo propõe novas instituições sociais e políticas, um retorno original da democracia e di-lo explicitamente: «O

indivíduo-sujeito defende para si e para outrem um espaço de liberdade graças ao qual o indivíduo não será reduzido às suas funções sociais». E acrescenta em jeito de conclusão: «Nós só podemos superar esta crise se compreendermos que somente o apelo aos direitos universais do sujeito humano pode estancar a destruição de toda a vida social pela economia globalizada». Esta a resposta que um velho sábio nos dá para a decomposição da vida social, sentenciando que os actores não sociais têm o futuro à sua espera.

Polémico mas de leitura irresistível.